

ERRATA

Nas Demonstrações Financeiras publicadas no dia 29/04/2014, neste veículo, saíram as seguintes incorreções nas Empresas abaixo relacionadas:

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A., Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A., Itumbiara Transmissora de Energia S.A., Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A., Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A., Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A., Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., Linhas de Transmissão do Itatim S.A., Iracema Transmissora de Energia S.A., Cabxerê Transmissora de Energia S.A. e Araraquara Transmissora de Energia S.A., onde se lê:

Hongxian Cai - Diretor Presidente e Shirong Lu - Vice Presidente, leia-se corretamente:

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente e Murilo Magalhães Nogueira - Diretor



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores aspectos relacionados as principais atividades da **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A** ("SPTE" ou "Companhia") referentes ao segmento de transmissão de energia em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício e análise de índices econômicos durante o exercício de 2013.

1) Setor Elétrico

1.1) O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão foram implantadas pelas concessionárias de distribuição para ligar sua geração própria aos consumidores de sua área de atuação. A partir da década de 50, o Estado intervém constituindo empresas com o propósito de implantar e operar grandes parques de geração. Essas empresas (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) eram responsáveis também pela maioria das extensas linhas de alta tensão que transportavam a energia gerada aos centros de consumo. O restante do sistema interligado era composto por linhas de empresas de distribuição, atuando em suas respectivas áreas de concessão.

A partir da criação da Eletrobrás, na década de 60, a expansão da geração e transmissão começa a ser planejada de modo a otimizar o atendimento ao mercado. A rede de transmissão em alta tensão que então se formava, interligando as usinas geradoras (de concessionárias de geração e distribuição) aos mercados consumidores (concessionárias distribuição e grandes consumidores) passa a ser chamada Sistema Interligado. Em 1973 é constituído o GCOI - Grupo Coordenador para Operação Interligada - promovendo mecanismos de cooperação entre as empresas e o uso racional das instalações com baixos custos operacionais. O GCOI foi o embrião do atual ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico. A operação centralizada do Sistema Interligado tem como base a interdependência operativa entre as usinas, a interconexão dos sistemas elétricos e a integração dos recursos de geração e transmissão para o atendimento ao mercado.

A interdependência operativa deriva do aproveitamento conjunto dos recursos hidrelétricos, através da construção e da operação de usinas e reservatórios localizados em sequencia em várias bacias hidrográficas. Até meados da década de 90 o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte. A maior parcela da região Norte permanecia isolada. A geração em cada um desses subsistemas é majoritariamente hidráulica. Embora a estação chuvosa seja a mesma em quase todo o país (dezembro a abril), há diferenças na intensidade das precipitações: na região Norte, as chuvas são mais intensas e homogêneas ao longo do ano; já no Nordeste os meses secos podem ser muito rigorosos. Tal fato motivou os projetos de interligação Norte-Sul e Norte-Nordeste licitados nos últimos anos que permitiu a transferência de energia dos sistemas hídricos das regiões Norte (bacia do Tocantins) e Sul (principalmente Itaipu) para as regiões Sudeste e Nordeste. A partir da década de 90, o Governo passa a patrocinar a mudança do modelo energético. Sob o novo modelo, tem-se a cisão dos negócios Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

A maioria das empresas de distribuição é privatizada. Novas licitações são feitas para exploração de usinas geradoras e construção e operação de novas linhas de transmissão. A implantação do novo modelo do sistema elétrico impacta a rede de transmissão e seus operadores de forma especial. Passa a ser considerada como concessionária de transmissão a empresa responsável pela operação de linhas pertencentes à Rede Básica. Essas empresas têm remuneração própria, ao longo do período de concessão, independente da carga transportada e vinculada ao investimento na implantação e à disponibilidade das linhas. Pretende-se com o novo modelo facilitar a entrada de novos *players* no negócio Transmissão, aumentando a concorrência e a especialização. Através desses novos investimentos espera-se ampliar a capilaridade da rede de transmissão, com melhoria na confiabilidade e flexibilidade operativas.

1.2) O Segmento da Transmissão.

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos *players* e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50 %. Após a entrada do governo Lula, modificações foram feitas no modelo de licitação de novas linhas, as principais sendo a transferência, para o Ministério de Minas e Energia, do gerenciamento das licitações e a permissão de que as concessionárias federais concorram aos leilões, desde que associadas e com participação minoritária.

De modo geral, entretanto, essas modificações foram pequenas, não alterando a essência do modelo. O ONS tem cumprido dois papéis: o de coordenar a operação da Rede Básica e gerenciar o acesso de novos usuários, e o papel de nortear a expansão da Rede Básica no horizonte de 3 anos, indicando a transmissão necessária em cada região e os limites inter-regionais. O planejamento em horizonte superior a 3 anos, indicando as soluções estruturais para o sistema de transmissão, é de responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética EPE. Sendo a geração majoritariamente hidroelétrica, as novas linhas têm tido a função de integrar as bacias, transferindo grandes blocos de energia para regiões com escassez de chuva. A transmissão funciona assim como uma usina virtual, lançando mão da diversidade dos regimes de chuvas e vazões dos rios das principais bacias hidrográficas. Dados do ONS indicam que, desde 1998, a taxa de crescimento da rede evoluiu de 0,8 % para 3 % ao ano e os limites de transferência entre Itaipu/Região Sul para a Região Sudeste triplicaram, enquanto os das Regiões Norte/Sudeste para a Região Nordeste mais do que quadruplicaram.

2) Estrutura Societária

A SPTE é uma sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 2/01/2007 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com seu capital 100% pertencente a State Grid Brazil Holding S.A..

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita:

O valor anual da receita, fixado pela ANEEL, para o período de Julho 2013 - Junho 2014 é de R\$ 27.447.855. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente. A SPTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

3.2) Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2013 a SPTE teve uma receita bruta de R\$ 23.214.837 (R\$ 30.891.996 em 2012) que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 19.568.528 (R\$ 27.146.917 em 2012).

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2013, 2012 e 2011 são:

	2013	2012	2011
• Liquidez geral	228,16%	250,59%	245,85%
• Liquidez corrente	178,54%	190,54%	316,17%
• Relação patrimônio líquido/Ativo	56,44%	60,33%	59,48%
• Relação passivo não circulante/Ativo	43,56%	39,67%	40,52%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	-5,68%	4,14%	6,52%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	7,84%	12,83%	13,90%
• Endividamento do patrimônio líquido	77,17%	65,75%	68,12%

4) Responsabilidade Ambiental

A gestão ambiental caracteriza-se por ser o conjunto de ações gerenciais, administrativas e executivas que possibilitam o planejamento ambiental. Parte destas ações tem, por objetivo, prevenir e reduzir as interferências ambientais ocasionadas na construção do empreendimento. A SPTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação - LO nº 032/2009, os quais são apresentados no Relatório Sócio Ambiental em conformidade com a Resolução ANEEL nº 444/2001.

5) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2014.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Reais)

	Nota	2013	2012
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.680.834	1.377.438
Concessionárias e permissionárias	6	3.270.403	3.125.719
Estoques		956.521	938.976
Adiantamento a fornecedores		4.120.965	299.934
Impostos a recuperar	7	11.553.792	13.209.942
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	8	19.742.342	17.513.622
Outros créditos		6.429.460	282.411
		58.754.317	36.748.042
Ativo não circulante			
Outros créditos		-	25.329
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	8	252.216.530	260.114.900
Impostos a recuperar	7	1.560.330	1.560.330
Imobilizado		709.421	616.251
Intangível		1.233.921	1.168.472
		255.720.202	263.485.282
Total do ativo		314.474.519	300.233.324

	Nota	2013	2012
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		459.437	580.561
Empréstimos e financiamentos	10	16.227.119	8.401.292
Com terceiros		9.638.549	8.401.292
Com partes relacionadas		6.588.570	-
Impostos e contribuições sociais		2.275.946	384.488
Taxas regulamentares	9	706.348	741.856
Dividendos propostos	13	7.558.235	7.558.235
Outros passivos circulantes		2.122.581	1.619.646
		29.349.666	19.286.078
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	95.250.491	91.405.918
Com terceiros		95.250.491	91.405.918
Impostos diferidos	12	8.820.168	8.406.481
		104.070.659	99.812.399
Patrimônio líquido	13		
Capital social		175.300.000	165.300.000
Reserva de lucros		9.942.454	20.023.107
Reserva legal		1.356.740	1.356.740
Ajuste de avaliação patrimonial		(5.545.000)	(5.545.000)
		181.054.194	181.134.847
Total do passivo e do patrimônio líquido		314.474.519	300.233.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	14	19.568.528	27.146.917
Custo da operação	15	(5.676.073)	(3.909.575)
Lucro bruto		13.892.455	23.237.342
Despesas com pessoal e administradores		(4.035.929)	(3.433.682)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(459.281)	(1.187.214)
Lucro antes das receitas financeiras		9.397.245	18.616.446
Resultado financeiro	16	(16.946.939)	(6.804.291)
Receita financeira		12.585.943	6.230.264
Despesa financeira		(29.532.882)	(13.034.555)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(7.549.694)	11.812.155
Despesa com impostos sobre o lucro	16	(2.530.959)	(4.321.135)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(10.080.653)	7.491.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	2013	2012
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes de impostos	(7.549.694)	11.812.155
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo/lucro líquido com o fluxo de caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	17.448.052	6.951.610
Depreciação e amortização	6.987.519	43.027
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(151.816)	132.648
Impostos diferidos	413.687	2.964.481
(Aumento) diminuição nas contas de ativo		
Concessionárias e permissionárias	7.132	178.832
Outros créditos	(6.121.720)	(226.643)
Adiantamentos a fornecedor	(3.821.031)	(105.109)
Impostos a recuperar	1.656.150	2.969.458
Contas a receber	5.669.650	(1.309.053)
Estoques	(17.545)	(535.441)
Aumento (diminuição) nas contas de passivo		
Fornecedores	(121.124)	(3.530.829)
Impostos e contribuições sociais	1.891.458	(1.625.200)
IR e CS pagos	(2.530.959)	(4.321.135)
Taxas regulamentares	(35.508)	(106)
Juros pagos	(3.595.759)	(9.454.259)
Outros passivos	502.935	710.808
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.631.427	4.655.244
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível	(7.146.138)	(734.157)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(7.146.138)	(734.157)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	2013	2012
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(10.080.653)	7.491.020
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	(10.080.653)	7.491.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2013	2012
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos captados	6.668.962	100.206.400
Empréstimos e financiamentos pagos	(8.850.855)	(101.734.466)
Dividendos pagos	-	(6.000.000)
Aumento de capital e AFAC	10.000.000	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	7.818.107	(7.528.066)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	11.303.396	(3.606.979)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.377.438	4.984.417
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	12.680.834	1.377.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (EM REAIS)

	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	165.300.000	982.189	20.283.914	(5.545.000)	-	181.021.103
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.491.020	7.491.020
Constituição da reserva legal	-	374.551	-	-	(374.551)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	3.558.234	-	(3.558.234)	-
Dividendos de 2011 transferidos para dividendos a pagar	-	-	(3.425.835)	-	-	(3.425.835)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.558.235)	(3.558.235)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(393.206)	-	-	(393.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	165.300.000	1.356.740	20.023.107	(5.545.000)	-	181.134.847
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.080.653)	(10.080.653)
Integralização de Capital	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	(10.080.653)	-	10.080.653	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	175.300.000	1.356.740	9.942.454	(5.545.000)	-	181.054.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em reais)

1. Informações gerais

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 2 de janeiro de 2007 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro, com uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia não possui títulos de patrimônio ou dívida negociadas em mercados de capitais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), e subsidiária do Grupo State Grid (Grupo), localizado em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

A Isolux Ingeniería S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 003/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 15 de maio de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 15 de maio de 2007.

No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km.

b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$17.000.000 (valor histórico), excluído o montante necessário para cobrir as despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 28 de junho de 2011, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.171/2011, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$ 26.373.000 para o período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Em 26 de junho de 2012, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.313/2012, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$25.771.633 para o período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559/2013, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$ 27.447.855 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e algumas reclassificações foram apresentadas para melhor apresentação. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2014.

2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

3.2.1. Receita de concessão

a) Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

b) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

c) Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.2.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, contas a receber - ativo financeiro indenizável. O saldo e caixa e

equivalente de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujo valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "resgate"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.5. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração da Companhia e constituída em montante considerado suficiente.

3.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

3.7. Ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a OCPC 05.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.13. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

b) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.16. Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2013

A Companhia avaliou as novas normas com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013 (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e o CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e verifiquei que não houve impacto nas demonstrações financeiras resultantes dessas normas.

4.2 Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentados a seguir. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos assim que a norma consolida-

da final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não possui derivativos, contudo, essa revisão será aplicada novamente a fim de identificar se houve a contratação de derivativos para a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	20.000	20.000
Bancos	1.408.657	290.762
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.252.177	1.066.676
	<u>12.680.834</u>	<u>1.377.438</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento multipatrocinados, com carteira exclusiva em CDI compromissada. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Concessionárias e permissionárias

	2013	2012
A vencer	3.070.883	2.971.352
Vencidas até 30 dias	4.412	9.926
Vencidas até 60 dias	4.760	4.389
Vencidas até 90 dias	4.316	10.082
Vencidas há mais de 90 dias	212.918	308.672
	<u>3.297.289</u>	<u>3.304.421</u>
(-) PCLD	<u>(26.886)</u>	<u>(178.702)</u>
	<u>3.270.403</u>	<u>3.125.719</u>

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração da Companhia não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo.

De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 90 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 90 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

7. Impostos a recuperar

	2013	2012
Circulante		
Imposto de renda	1.709.243	1.174.729
CSLL	520.957	260.019
PIS	1.692.262	2.129.884
COFINS	7.608.163	9.623.478
Outros	23.167	21.832
	<u>11.553.792</u>	<u>13.209.942</u>
Não circulante		
PIS - ativo imobilizado	244.806	244.806
COFINS - ativo imobilizado	1.315.524	1.315.524
	<u>1.560.330</u>	<u>1.560.330</u>

8. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação ICPC 01 -, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

(b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber é de R\$271.958.872, sendo R\$19.742.342 no ativo circulante e R\$252.216.530 no ativo não circulante (R\$ 277.628.522, sendo R\$17.513.622 no ativo circulante e R\$260.114.900 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2012).

9. Taxas regulamentares

	2013	2012
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	29.903	83.986
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	110.468	224.994
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	565.977	432.876
	<u>706.348</u>	<u>741.856</u>

10. Empréstimos e financiamentos

	2013	2012		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
China Development Bank (i)	9.638.549	95.250.491	8.401.292	91.405.918
State Grid International Development (ii)	<u>6.588.570</u>	-	-	-
	16.227.119	95.250.491	8.401.292	91.405.918

(i) China Development Bank

Em setembro de 2012 a Companhia captou um empréstimo no valor de USD 48.800.000, correspondente a R\$100.206.400, conforme contrato firmado em 20 de setembro de 2012 com custo de Libor + 2,85% a.a. e um prazo de vencimento de 12 anos com pagamentos de principal e juros semestrais.

Não existem cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros neste contrato.

Este empréstimo tem como garantidor a SGID.

Cronograma de vencimento de longo prazo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está como segue:

	2013
2014	-
2015	9.534.195
2016	9.534.195
2017	9.534.195
2018 em diante	<u>66.647.906</u>
Total	<u>95.250.491</u>

(ii) SGID

Em 20 de dezembro de 2013 a SGID liquidou, em nome da Companhia, uma parcela referente a principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 2.809.759, correspondente a R\$



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

6.668.962, neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de Libor + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros. E nem ativos em garantia.

11. Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia não possui provisão para contingências registrada em 31 de dezembro de 2013, visto não apresentar nenhum processo seja de natureza tributária, cível, trabalhista cuja possibilidade de perda tenha sido considerada pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos como provável.

Adicionalmente, a Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

12. Impostos diferidos

Este saldo se refere ao imposto gerado pela diferença entre o balancete societário (com efeito de CPCs) e o balancete regulatório (sem efeito de CPCs).

	2013	2012
Efeito da adoção do ICPC 01	8.820.168	8.406.481
	<u>8.820.168</u>	<u>8.406.481</u>

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$165.300.000, dividido em 165.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 11 de outubro de 2013 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 10.000.000. A aprovação do aumento de capital ocorreu no dia 5 de novembro de 2013 através de Assembleia Geral Extraordinária. Assim, em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 175.300.000, dividido em 175.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2013 e 2012
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2013	2012
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.080.653)	7.491.020
Reserva legal (5%)	-	(374.551)
Base de cálculo para os dividendos	-	7.116.469
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	-	<u>(3.558.235)</u>

14. Receita operacional líquida

	2013	2012
Receita operacional bruta	23.214.837	30.891.996
Receita de operação e manutenção	10.191.797	8.530.471
Receita financeira de construção	13.023.040	22.361.525
Deduções da receita operacional	<u>(3.646.309)</u>	<u>(3.745.079)</u>
PIS	(476.594)	(489.975)
COFINS	(2.195.221)	(2.256.852)
Quota para RGR	(722.112)	(739.574)
P&D	<u>(252.382)</u>	<u>(258.678)</u>
	<u>19.568.528</u>	<u>27.146.917</u>

15. Custo da operação

	2013	2012
Pessoal	(4.280.493)	(3.083.223)
Material	(62.374)	(208.375)
Serviços de terceiros	(1.018.919)	(754.071)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(144.422)	(147.915)
Arrendamentos e aluguéis	(14.493)	(27.438)
Custo de construção e outras	<u>(155.372)</u>	<u>311.447</u>
	<u>(5.676.073)</u>	<u>(3.909.575)</u>

16. Resultado financeiro

	2013	2012
Receita financeira	<u>12.585.943</u>	<u>6.230.264</u>
Receitas de aplicações financeiras	432.706	291.556
Variações cambiais ativas	11.920.321	4.602.320
Outras receitas financeiras	232.916	1.336.388
Despesa financeira	<u>(29.532.882)</u>	<u>(13.034.555)</u>
Variações cambiais passivas	(25.746.240)	(1.480.625)
Juros sobre empréstimos (nota explicativa nr.10)	(3.622.132)	(4.118.720)
Outras despesas financeiras	<u>(164.510)</u>	<u>(7.435.210)</u>
	<u>(16.946.939)</u>	<u>(6.804.291)</u>

17. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(7.549.694)	11.812.155
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	(1.181.191)	(8.719.061)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto do RTT	<u>(8.730.885)</u>	<u>3.093.094</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(2.968.501)</u>	<u>1.051.652</u>
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Diferenças temporárias (Adoção ICPC 01 (R1))	413.688	2.964.481
Adições e exclusões não dedutíveis	<u>2.117.271</u>	<u>305.002</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	2.530.959	4.321.135
Imposto de renda e contribuição social corrente	2.117.271	(1.356.654)
Imposto de renda e contribuição social diferido	413.688	(2.964.481)

Medida Provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo

dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.680.834	1.377.438
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	8	271.958.872	277.628.522

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores		4.120.965	299.934
Concessionárias e permissionárias	6	3.270.403	3.125.719

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	10	111.477.610	99.807.210
Fornecedores		459.437	580.561

18.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador e empréstimos e financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis da Companhia serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2013	2012
Passivo		
Fornecedores (i)	(14.691)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 12)	(7.558.235)	(7.558.235)
Empréstimos com SGID (nota explicativa 10)	(6.588.570)	-
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado		
Despesa de Aluguel (i)	(85.672)	-
Despesa com juros de empréstimos com a SGID (nota explicativa 10)	(6.430)	-

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

20. Gestão do capital

	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	111.477.610	99.807.210
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.680.834)</u>	<u>(1.377.438)</u>
Dívida líquida	98.796.776	98.429.772
Patrimônio líquido	<u>181.054.194</u>	<u>181.134.847</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>279.850.970</u>	<u>279.564.619</u>

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais e para responsabilidade civil.

HONGXIAN CAI Diretor Presidente	SHIRONG LU Vice-Presidente	ALDREA GIORGIA WERNECK Contadora - CRC RJ-110226/O-6
---	--------------------------------------	--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do

juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4